

Para além do efeito de circularidade: interpretando as noções de pré-construído e articulação a partir de enunciados *idem per idem*

Aracy Ernst-Pereira (LEAD/UCPEL)

Ercília Ana Cazarin (LEAD/UCPEL)

Marchiori Quevedo (LEAD/UCPEL)

Resumo

A partir da observação da inter-relação entre o funcionamento metafórico e ideológico em enunciados idem per idem – os que realizam a fórmula “X é X” –, discutem-se as noções de pré-construído e discurso transversal, relativas ao interdiscurso, e suas implicações na administração da leitura. Esse funcionamento caracteriza-se pela indefectibilidade do pré-construído e pela relação estabelecida com discursos transversais que explicam tanto o caráter de evidência quanto de deriva dos sentidos. Considera-se também a diferença entre o já-dito e o pré-construído e os efeitos de estranhamento e de invisibilidade decorrentes.

Considerações iniciais

Enunciados considerados tautológicos são talvez um dos trunfos de que se pode valer um analista de discurso para defender algo que, em sua seara, tem ares de obviedade: o sentido não está no texto. É fácil já aqui conjecturarmos situações em que enunciados como “brasileiro é brasileiro”, “negro é negro” ou “mulher é mulher”, para além do efeito de circularidade, produzam ou um sentido X ou mesmo seu antípoda. Tomemos o último enunciado para ilustrarmos o que queremos dizer a partir da seguinte narrativa: certa feita, um professor foi surpreendido pela resolução de uma aluna de não mais fazer o trabalho da disciplina com a melhor amiga (decisão rara na trajetória de ambas no ensino médio). A justificativa foi um inefável: “ah, professor, mulher é mulher”. Sem maior azo para solicitar uma glosa, a interpretação desse enunciado estacionou em duas possibilidades relativas à tomada da palavra “mulher”: (i) a retomada de um estereótipo: “volúvel”, “instável”, “não confiável”; e (ii) a retomada de uma contraposição a esse estereótipo: ser “de fibra”, “obstinada” por defender suas ideias, “perseverante” (o que poderia ser pouco apropriado, visto que elas discordavam e muito sobre o tema do trabalho).

De acordo com Orlandi (1999), os sentidos têm um funcionamento ideológico e metafórico. O primeiro dá conta de uma *naturalização* desse sentido, da produção de sua evidência. É por estar sob o domínio de uma formação discursiva¹ que o sentido se nos apresenta de uma determinada forma. Em uma FD machista, por exemplo, “mulher é mulher” produz, sob a condição de “aquilo que todo mundo pode ver”, sentidos de “futilidade”, “consumismo” ou “inferioridade”. Tanto isso se nos torna evidente que, nessa formação, um conectivo *mas* uniria “Ela queria muito economizar” e “mulher é mulher”. Já em uma FD feminista, ou ao menos não machista, uma possível montagem discursiva abdicaria do *mas* por um *porque*, produzindo um sentido próximo de a mulher querer economizar porque “as mulheres são precavidas”, “se preocupam com os filhos”, “pensam no futuro” etc.

Paralelamente ao fato de que o sentido não pode ser qualquer um, temos que ele sempre pode ser outro. Esse movimento é próprio do sentido. Trata-se aqui do segundo funcionamento: o metafórico. Se isso provoca sempre a possibilidade da emergência de um outro sentido (produzido por um novo gesto de interpretação), por outro lado implica a necessidade de o sujeito (tentar) administrar a posição de leitura do outro sujeito. O que comumente é feito com algum sucesso: basta observarmos que o sentido tende a reproduzir-se, que há uma forte impressão de

¹ Conforme Pêcheux, “aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição de um programa, etc.)” (1995, p.160).

literalidade da palavra e, se quisermos exemplos mais pungentes, que os estereótipos têm grande eficácia material.

O funcionamento metafórico, embora permita o atravessamento do inconsciente (ou dele seja efeito), é sempre afetado pelo ideológico. Uma construção como “O Brasil precisa cuidar melhor de suas mulheres”, estando alijada sua leitura das condições de produção, apresenta-se-nos inescrutável: fala-se do Brasil-Estado, da sociedade ou dos homens brasileiros? “Cuidar” foi atualizado em que sentido: observar, vigiar ou tratar com carinho? “Mulheres” seriam as esposas, seriam todas as mulheres, seriam também as crianças do sexo feminino... Afinal, trata-se aqui de um conceito biológico ou de gênero? Somente a partir de um lugar discursivo, essa frase produz a evidência de seu sentido: um alerta, uma ameaça às mulheres ou uma reivindicação feita por elas mesmas. Somente situada no interior de uma dada relação de forças, a asserção significa solicitação ou de uma ainda maior tirania ou de uma menor dessimetria entre os gêneros.

Enunciados tautológicos, ao menos os que realizam a fórmula “X é X”, parecem-nos exemplificar muito bem a inter-relação entre esses dois funcionamentos. Além de reiterarmos que um enunciado como “mulher é mulher” só fala o que é afinal a mulher – ou como se a lê –, quando reportado a uma formação discursiva, arriscamos ainda uma hipótese: é na realização da fórmula “X é X” que os dois tipos de funcionamento dos sentidos encontram sua eficácia máxima. O ideológico, por convocar o exterior justamente no paradoxo do não funcionamento/funcionamento de uma identificação objetiva. O metafórico, por simular a suspensão de seu próprio funcionamento em uma espécie de curto-circuito significante. Para tanto, recorreremos à noção de interdiscurso e às modalidades de sua intervenção no intradiscurso.

1. Uma proposta teórica a partir das modalidades de funcionamento do interdiscurso

Afirmamos, na introdução deste estudo, que o sentido é dependente da formação discursiva em que se constitui, o que equivale a dizer que não lhe pode ser pré-existente. Esse sentido não é nem insensível à materialidade nem incomunicável com o exterior da FD, visto que essa responde ao “todo complexo com dominante”, intrincado no complexo das formações ideológicas, embora simule a evidência do sentido na dissimulação dessa dependência. É o que podemos depreender deste excerto:

... propomos chamar interdiscurso a esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas. Diremos, nessas condições, que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência de sentido que nela se forma, a objetividade material

contraditória do interdiscurso que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material que reside no fato de que “algo fala” (ça parle) sempre “antes em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. (PÊCHEUX, 1995, p. 162, grifo do autor)

O interdiscurso é, por assim dizer, o “exterior específico de uma FD” (PÊCHEUX, 1997, p. 314) e deve ser visto como

... un processus de reconfiguration incessante dans lequel une FD est conduite, en fonction des positions idéologiques que cette FD représente dans une conjoncture déterminée, à incorporer des éléments préconstruits produits à l'extérieur d'elle-même, à en produire la redéfinition ou le retournement à susciter également le rappel de ses propres éléments, à en organiser la répétition mais aussi à en provoquer éventuellement l'effacement, l'oubli ou même la dénégation. (COURTINE; MARANDIN, 1981, p. 24)

Sendo a exterioridade constituinte do discurso, o interdiscurso tem no intradiscurso seu “simulacro material” (FERREIRA, 2001). Para Pêcheux (1995), “o intradiscurso, enquanto ‘fio do discurso’ do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal ‘do exterior’” (p. 167); “o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes e ao que eu direi depois) [...] o conjunto dos fenômenos de ‘co-referência’” (p. 166). Para “ancorar-se”², o interdiscurso intervéem a partir de dois tipos de funcionamento: o pré-construído e a articulação de enunciados.

O pré-construído é apresentado, em uma “primeira aproximação” na obra *Semântica e Discurso*, em meio ao debate com a posição fregeana (para a qual deveria haver coincidência entre o objeto de pensamento e o objeto real). A partir da frase “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu”, Pêcheux demonstra que o discurso ateu funciona pela negação, no todo da proposição, daquilo que necessariamente fora admitido na subordinada. A imperfeição que Frege atribuía às línguas naturais é revista por Pêcheux como “separação, distância ou discrepância [...] entre o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase” (p. 99). A necessidade de dar conta desse funcionamento linguístico do interdiscurso levou P. Henry a

propor o termo “pré-construído” para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é “construído” pelo enunciado. Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático (PÊCHEUX, 1995, p.99, grifo do autor).

O pré-construído consiste, assim, na “separação fundamental entre o *pensamento* e o *objeto de pensamento*, com a pré-existência desse último, marcada [por] uma discrepância entre dois domínios

² Termo tomado na acepção de Malidier (2003).

de pensamento” (p.102). Um desses dois seria o “impensado do pensamento” e remeteria

simultaneamente “àquilo que todo mundo sabe”, isto é, aos conteúdos de pensamento do “sujeito universal” suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma “situação” dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do “contexto situacional” (p. 171, grifo do autor).

Nesse mesmo sentido, para Courtine,

um elemento do interdiscurso nominaliza-se e inscreve-se no intradiscurso sob forma de pré-construído, isto é, como se esse elemento já se encontrasse ali. O pré-construído remete assim às evidências pelas quais o sujeito se vê atribuir os objetos de seu discurso: “o que cada um sabe” e simultaneamente “o que cada um pode ver” em uma dada situação. (2009, p.74, grifo do autor)

Ao ser “naturalizado” pela FD, isto é, tendo produzida sua evidência, o pré-construído justamente funciona pela elisão desse “impensado do pensamento”: a discrepância entre o recorte de sentido que é dado na formação discursiva e a heterogeneidade ou contradição a que essa posição de interpretação remete e responde. A tomada de posição só pode dar-se a partir de um espaço dividido, ainda que possa constituir por si mesma um novo nicho.

O segundo modo de funcionamento alude à articulação de enunciados. Para Pêcheux (1995), enquanto o pré-construído fornece-impõe o “mundo das coisas” (p.164), a articulação “constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito” (p. 164). Essa articulação, por estar identificada a uma FD, rege o processo discursivo sob, por exemplo, a possibilidade de substituição: tanto como equivalência (meta-relação de identidade) quanto como implicação, em cuja substituição orientada o filósofo não vê uma relação de identidade, mas sim de encadeamento (conexão). À sequência produzida nessas condições, ele chama “discurso-transverso” (p. 165).

Aludindo a uma “**especificidade diferencial** dos dois tipos de elementos do interdiscurso (‘pré-construídos’ e ‘articulações’)” (p. 163, grifo nosso), Pêcheux, poucas páginas a seguir (p. 171) em *Semântica e Discurso*, aclara as diferenças entre ambos. Enquanto o pré-construído é “aquilo que todo mundo sabe” (conteúdo de um sujeito universal, suporte da identificação, e o que todos veem como evidente em um “contexto situacional”), a articulação pelo funcionamento do discurso-transverso corresponde a “como todo mundo sabe” (retorno do Universal no sujeito), “como dissemos” (evocação intradiscursiva) ou até mesmo o “como todo mundo pode ver” (universalidade implícita do humano).

Não obstante, há uma inter-relação entre ambos, conforme podemos ver no excerto a seguir:

... o interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como 'sujeito falante', com a formação discursiva que o assujeita. (1995, p. 167, grifo do autor)

Dentre as várias questões que no quadro teórico da Análise de Discurso ainda se encontram em aberto (senão todas; afinal, como disse Pêcheux, “não há questões vencidas”), podemos citar três mais atinentes ao que estamos aqui revisando: a interpretação de interdiscurso como pré-construído (Pêcheux parece-nos explícito acerca dessa diferença); a interpretação de interdiscurso como sinônimo de memória discursiva (ao que, pelos excertos por nós escolhidos, é já facilmente dedutível termos posição diversa); e a variação na interpretação de qual o sentido da discrepância entre o pré-construído e o construído no enunciado. É o que brevemente discutiremos no tópico a seguir.

No que tange à primeira questão, optaremos por simplesmente evocar a “especificidade diferencial” referida por Pêcheux acerca dos dois tipos de funcionamento do interdiscurso. Quanto à segunda, recorreremos a Courtine (1981), que introduziu a noção de “memória discursiva” em Análise de Discurso. Para ele, a “noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos”. Courtine, que corrobora a concepção pecheuxtiana de interdiscurso, ainda fala da “existência de uma FD como ‘memória discursiva’ ” (2009, p. 105-106).

Na esteira dessa reflexão, aqui consideraremos memória como um domínio tanto de uma FD quanto do interdiscurso. Assim, temos que tanto o já-dito (pré-assertado, pressuposto) de uma FD quanto o pré-construído são diferentes formas de o sujeito enunciador lidar com a memória: tanto a que se encontra em sua formação discursiva quanto a que se encontra alhures. A memória funcionaria como

aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os implícitos (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p.52).

Se o interdiscurso é, por assim dizer, um domínio do discurso, consideraremos a memória como um domínio tanto do interdiscurso quanto da FD, pois em um e em outra é ela que vai estabelecer a relação de ambos com uma anterioridade. O caráter de categoria analítica, dada a ela por Courtine, parece-nos preservado, pois – em vista de que um recorte temporal é um “corte ideológico” (LE GOFF, 2003, p. 208) – somente na análise é que as categorias de anterioridade e presente se podem produzir.

Já no tocante à terceira questão, pretendemos ser menos parcimoniosos ao expor sobre ela. Para tanto, começemos com a seguinte afirmação:

a expressão ou as expressões que introduzem o objeto de referência restringem sua interpretação. O ponto importante é que a restrição depende de um plano de organização da língua, isto é, de uma articulação regrada forma-sentido. Percebe-se bem a noção de pré-construído quando se a contrasta com aquela do já-dito (e toda modalidade do dito fora da asserção: pré-assertado ou pressuposto): o pré-construído qualifica a forma da expressão na medida em que ela limita a interpretação, enquanto o já-dito depende do conteúdo (proposicional ou nocional). (MARANDIN, 1994, p.131).

Aqui pensamos ter não apenas a reiteração da diferença entre pré-construído e já-dito, mas também a condição indefectível sob a qual uma FD toma para si elementos do interdiscurso: a partir de uma restrição de interpretação. Isso posto, fazemos uma relação com a citada “objetividade material contraditória do interdiscurso”. Por ser o interdiscurso um espaço intersticial, em que uma FD dominante é determinada pelas demais, os objetos dos quais ela se apropria como pré-construídos são objetos ou elementos com significação maior do que ela pode suportar. Esses objetos, malgrado remetam a um todo significativo – o conjunto de possibilidades de significação que pertence ao interdiscurso –, precisam ser recortados a fim de ingressar no campo do dizível para uma dada FD.

Encontramos corroboração para esse raciocínio em Pêcheux (1997a): “os objetos ideológicos são sempre fornecidos juntamente com seu ‘modo de usar’, seu ‘sentido’, isto é, sua ‘orientação’” (p. 145). Esse “modo de usar” restringe, ou melhor: regula a ancoragem do pré-construído, ainda que nele não possam não reverberar lugares outros de dizer, cujos indícios dão conta desse “impen-sado do pensamento”, ao qual se referia o autor. No entanto, tais indícios são dissimulados, em virtude de a FD produzir e coligir evidências de sentido.

Marandin dissecou a eficácia desse funcionamento nos seguintes termos, explicando que o pré-construído se instaura “quando o diferencial interpretativo recorta uma diferença em uma construção ideológica. A eficácia é então máxima, pois a diferença se apresenta nas formas tais como a língua força a interpretá-las” (1994, p.131). Collinot e Mazière corroboram tal posicionamento, ao afirmarem:

Ora, se o pré-construído é esse “ponto em que se pega o interdiscurso”, reinscrição sempre dissimulada, no intradiscurso, dos elementos do interdiscurso” (Denise Maldidier, 1990), é sua natureza mesmo a que o faz mestre-organizador da constituição do corpus, lugar onde se tece “por baixo do pano” o fio do discurso, construção de base que, sozinha, torna possível

Nesse sentido, parece-nos que o pré-construído é um constructo teórico com dupla face: tanto remete para o interdiscurso (em cuja objetividade material contraditória, ele indicia a disputa de forças entre diferentes FDs) quanto é apropriado e ressignificado por uma dada forma-sujeito na linearização do discurso. O “impensado do pensamento” que acompanha o efeito de pré-construído é desse modo administrado pela dissimulação desse processo, bem como pelo discurso-transverso em que ele é interpretado. Parece-nos que o pré-construído opera no domínio de duas memórias: a do interdiscurso, cuja parte considerável ele (de)nega; e a da FD, que ele atualiza. Em ambas, no entanto, ao constituir o discurso, ele agita a rede de sentidos, produzindo efeitos.

Em virtude de uma FD depender do seu exterior para produzir sentido, não nos parece ser a melhor opção conjecturar haver frases em que não haja efeito de pré-construído, sob pena de termos de admitir duas consequências teóricas: (i) limitarmos, nesse caso, a ancoragem do interdiscurso ao discurso-transverso, o que equivale a dizer que o interdiscurso não forneceria sempre os objetos ou elementos para a FD: em algumas vezes, limitar-se-ia a linearizá-los por relações de implicação, temporalidade, etc. (ii) tomarmos como possível que uma FD tenha posse completa de seus objetos, o que equivale a afirmar que esses não responderiam a um exterior.

Aceitas tais consequências, temos outras ainda mais sérias: a (i) forçar-nos-ia a admitir a não regularidade do funcionamento interdiscursivo: ele seria intermitente na sua relação com a FD (se pensarmos que a teoria da AD prevê uma série de regularidades – funcionamento metafórico e ideológico, deslizamento etc. –, admitiremos uma região imprevisivelmente insular). A (ii), por sua vez, ao velar os objetos de uma FD ao seu exterior, suporia a claudicação do princípio da heterogeneidade/divisão/contradição.

O que estamos tendendo a crer aqui é, primeiro, que o pré-construído não só é um constructo teórico que dá conta da dupla face do sentido (inspirados em Pêcheux, 1999, diríamos ser ele um “frasco sem exterior”), mas também que evidencia teoricamente os funcionamentos metafórico e ideológico do sentido e a administração de uma dada interpretação. É a administração de sua leitura que evidencia a possibilidade de ele ser sempre outro, mas não qualquer um, aportando sob o signo da evidência em uma FD.

Segundo, tendemos a crer que o pré-construído é indefectível em sua presença no discurso. Tanto maior sua eficácia quanto mais em zona de invisibilidade ele estiver. Não causando o efeito de estranhamento (ERNST-PEREIRA, 2009), ele encontra-se não

só dissimulado ao sujeito, mas também obliterado ao analista. Relembrando o célebre exemplo pècheuxtiano – Aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu –, em que a discrepância é bastante evidente, consideremos duas alterações hipotéticas que produzam respectivamente:

(a) Jesus nunca existiu.

(b) Aquele que salvou o mundo morrendo na cruz é um exemplo para todos nós.

Se creditarmos o efeito de pré-construído meramente ao ardid do discurso hegemônico de exigir a assunção da existência de Cristo como condição *sine qua non* para vir a negá-lo – jogo retórico tão requintadamente desmontado na reflexão pecheuxtiana –, a singela substituição por “Jesus” desmonta o construto. Isso porque em (a) não há, entre os sentidos de “Jesus” e “existir”, o paradoxo da montagem original (pista do atravessamento do discurso outro). Nesse sentido, parece-nos que, embora o exemplo escolhido por Pêcheux apresente uma flagrante discrepância, não seja ela em si o pré-construído, senão rastro de sua emergência.

Já em (b), o problema teórico é outro, razão pela qual partiremos do que já foi discutido no parágrafo anterior. O elemento de saber referido por “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz” não é um objeto construído no enunciado; conclusão aliás incontornável caso admitíssemos a possibilidade de não haver pré-construído. No entanto, a referência discursiva “Jesus” remete a um interdiscurso no qual o discurso cristão se encontra em uma relação de forças com sua exterioridade específica: os discursos ateu e muçulmano, por exemplo.

Como elemento submetido à condição objetiva material contraditória/heterogênea/dividida desse espaço – “Jesus” é figura central no discurso católico, mas auxiliar no muçulmano e ainda mera ficção no ateu –, esse pré-construído ancora no discurso já tomado pela forma-sujeito, que administra o seu sentido, recortando do imaginário o que for dizível a partir do seu lugar discursivo e situando esse resto em uma zona de invisibilidade, embora o efeito de sua presença-ausente ali também produza sentidos³.

O que temos, cremos, na frase alterada é somente a eficácia ainda maior do pré-construído, que, dissimulando a discrepância entre dois domínios de pensamento, opera sob um efeito de consenso e literalidade, a pleno serviço de um discurso que tende à monossemia. Em outras palavras, um encaixe quase sem decalagem.

2. Uma proposta analítica a partir de um enunciado tautológico: “mulher é mulher”

Discutidos alguns pontos da teoria, podemos voltar aos enunciados *idem per idem*. Em primeiro lugar, apropriar-nos-emos

³ Quevedo (2012) desenvolve esse ponto no que tange ao texto visual.

do princípio da dupla diferença, com o qual Pêcheux pensou a sua prática de leitura. Em um enunciado do tipo X é X, temos uma primeira diferença de identidade de X em relação a Y ou Z. Assim, temos a convocação de um pré-construído “mulher”, tomado do interdiscurso pela sua diferença em relação a “homem” ou “criança”. Esse termo “mulher” surge sob a condição de evidência (“mundo das coisas”, “o que todo mundo sabe”) de um contexto situacional: um consenso intersubjetivo mínimo do que seja uma mulher.

No entanto, já aqui pensamos haver o “impensado do pensamento”: só reconhecemos “mulher” em oposição a “homem” ou a “criança” por vivermos em uma formação social em que tal distinção seja importante, produza sentido. O pré-construído, malgrado ainda em um momento construído hipoteticamente e no qual ainda não se encontre ancorado em uma FD específica, já é previamente administrado em seu sentido. Já há um funcionamento ideológico recortando e “evidenciando” o sentido de mulher.

Na sequência da interpretação do que é X (que não é Y ou Z), instaura-se um paradoxo: ao dizer que X é X e produzir um sentido para além do tautológico, X retroage a si mesmo, produzindo o sentido de que X é não X. Ou seja, há uma ressignificação do primeiro X pela ausência inoculada nele pelo segundo. Se “mulher é mulher” produz o sentido de que mulher não seja mulher, mas sim uma outra coisa, temos instaurada uma segunda diferença: a de que X só não seja X sob a condição de sê-lo. Isso posto (e admitido) provoca a admissão de uma grande diferença entre o estatuto do sentido em AD em comparação ao estatuto do sentido na lógica e ao valor saussuriano.

Em “mulher é mulher”, pensamos ter no primeiro termo “mulher” a ancoragem de um pré-construído (“mulher, que todos sabemos o que é”) funcionando sempre-já ideologicamente, porque imediatamente tomado pela forma-sujeito que colige as evidências de sua significação, em um administração da leitura a partir da linearização do pré-construído, ou seja da sua ressignificação por um discurso-transverso.

Tal ponto talvez fique mais claro a partir de um enunciado não tautológico, como “Mulher de verdade torna-se mãe também”. Nele, por exemplo, temos o (mesmo?) pré-construído “mulher”, que vai sendo ressignificado pelas relações de implicação, condição, temporalidade, hierarquia, partição e outras, dadas pelo discurso-transverso. Assim, “mulher” passa a significar uma partição (o subgrupo das que, dentre as “mulheres”, são “mulheres de verdade”); mulher passa a ser um grupo restrito que alcança uma outra categoria (melhor, porque “de verdade”); o estatuto de mulher “de verdade” é condição para ser mãe e o implica; a condição da mulher é estabelecida por uma relação temporal: antes se é *mulher de verdade*, depois se torna *mãe*.

Tornando ao nosso objeto, no enunciado *idem per idem* “mulher é mulher”, entretanto, temos um funcionamento metafórico que entra em um aparente curto-circuito no significante. O que se oferece ao leitor como um efeito de suspensão e lhe provoca um estranhamento, no entanto, funcionará mais rápido e melhor pela junção à significação. Assim, o pré-construído “mulher” logo encontra a si mesmo no fio do discurso já na condição de uma evocação intradiscursiva ou retorno do Universal no sujeito (“mulher” tal como sabemos). Esse retorno da forma-sujeito no sujeito rege o discurso-transverso, tanto por relações de implicação (mulher é mulher, na condição de se entender mulher como x; mulher é mulher, o que implica x) ou de equivalência (mulher é mulher, o que equivale a mulher ser x).

Sem essa remissão a uma instância maior e prévia (o interdiscurso, sob seus dois modos de funcionamento), não há produção de sentido. Assim como não há produção de sentido se não houver uma tomada de posição do sujeito, que cesura o *continuum* da discursividade e se constitui condição para tomada da palavra. Como afirma Teixeira (2005), “isso que fala antes, em outro lugar, não se diz todo”, pois “há algo no acontecimento que escapa às redes de sentido já construídas”; “[...] o pré-construído [...] não se totaliza, pois há aí um resíduo não integrável no simbólico (p. 181). Nesse resíduo, cremos, estão a falha e a falta.

Considerações finais

Com base no que apresentamos, esperamos haver, a partir dos enunciados *idem per idem*, suficientemente defendido o gesto de interpretação do pré-construído como especificamente diferente de já-dito e como ubíquo (produzindo sentidos seja por efeito de estranhamento seja por efeito de sua presença-ausência, quando relegado à invisibilidade).

Em nosso entendimento, o interdiscurso funciona indefectivamente a partir do concerto entre pré-construído e articulação (efeito-transverso). Essa consideração parece aclarar-nos não só a dependência do discurso a um exterior, o caráter de evidência com que se produzem efeitos de sentido localmente, mas também uma deriva, restos de sentido inalcançados pela administração da leitura proposta pelo enunciador. Restos dos quais se diz alhures não terem relevância, mas que revelam, e quiçá relevam, o sujeito em que se realizam.

A fórmula X é X indicia, a nosso ver, justamente esse carrossel dos sentidos no qual somos “livremente convidados” a tomar parte enquanto sujeitos, cumprindo a sina de andar mais rápido (vendo a evidência que nos é dada a perceber) para não sair de um mesmo lugar (de dizer).

Abstract

Based on the observation of the interrelationship between the metaphorical and the ideological functioning in idem per idem propositions – which follow the “X is X” formula –, this paper discusses the notions of preconstructed and transversal discourse, as related to interdiscourse, and their implications in reading practices. Such functioning is characterized by the indefectibility of preconstructed and by the relation established with transversal discourses that explain both evidence and floating meanings. It also considers the difference between the already-said and the preconstructed and the effects of estrangement and invisibility which follow.

Keywords: *Preconstructed; Transversal discourse; Metaphor; Ideology; Memory.*

REFERÊNCIAS

- COLLINOT, A; MAZIÈRE, F. A língua francesa: pré-construído e acontecimento linguístico. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de Leitura*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.
- COURTINE, J. J. ; MARANDIN, J. M. Quel objet pour l'Analyse du Discours ? In : _____. *Matérialités Discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981.
- COURTINE, J-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- ERNST-PEREIRA, A. *A falta, o excesso e o estranhamento*. Seminário de Estudos em Análise do Discurso. UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2011.
- FERREIRA, M. C. L. *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre. UFRGS, 2001.
- LE GOFF, J. Passado/presente. In: *História e memória*. Trad. Irene Ferreira et al. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 207-233.
- MARANDIN, J. M. Sintaxe, discurso: do ponto de vista da análise do discurso. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Gestos de Leitura*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma*

introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 311-315.

TEIXEIRA, M. *Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

QUEVEDO, M. Q. de. *Do gesto de reparar a(ã) gestão dos sentidos: um exercício de análise da imagem com base na Análise de Discurso*. Dissertação de mestrado, UCPel, 2012.